

DA ESCOLA TÉCNICA DE CURITIBA À ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO PARANÁ: PROJETO DE FORMAÇÃO DE UMA ARISTOCRACIA DO TRABALHO (1942-1963)

Mário Lopes Amorim

Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná - CEFET-PR

Ano: 2004

Resumo de Tese de Doutorado

Este trabalho tem como objetivo analisar o projeto de criação de uma aristocracia do trabalho a partir do ensino industrial, através do estudo de caso da Escola Técnica de Curitiba, posteriormente Escola Técnica Federal do Paraná, entre os anos de 1942 a 1963. Num primeiro momento, faz-se um breve apanhado da citada instituição quando era Escola de Aprendizes Artífices do Paraná, considerando que a concepção de ensino então desenvolvida era destinada aos “desfavorecidos da fortuna”, portanto direcionada principalmente para a disciplinarização das chamadas “classes perigosas”. Mas ao longo da década de 1920 e de 1930, tal concepção foi sendo modificada, até que em 1942, com a Lei Orgânica do Ensino Industrial, consolidou-se a idéia de formação de uma aristocracia do trabalho pela via do ensino industrial. Essa elite ocuparia postos no setor fabril que exigissem uma maior qualificação, acompanhando o processo de desenvolvimento industrial do Brasil, não bastando, porém, um melhor adestramento técnico, mas que fosse bem disciplinada, através de um processo educacional marcado pela presença intensiva de conteúdos de moral e civismo, notadamente durante o Estado Novo (1937-1945), servindo assim de exemplo para a classe trabalhadora como um todo. O pós-guerra foi marcado pela Guerra Fria e pela influência cada vez maior do *american way of life* na vida brasileira. A presença da Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial (CBAI), programa de cooperação firmado entre os governos do Brasil e dos Estados Unidos em 1946, veio caracterizar esse momento no ensino industrial do país, através da adoção de métodos sistemáticos na formação de docentes para esse ramo do ensino, baseados na Racionalização Científica. A fim de dinamizar o treinamento dos professores, a CBAI criou, em 1957, o Centro de Pesquisas e Treinamento de Professores (CPTP), na Escola Técnica de Curitiba, cuja função era preparar docentes para atuarem nas escolas industriais e técnicas de todo o Brasil, de forma a capacitá-los para a tarefa de formação da aristocracia do trabalho. Em 1963 o acordo entre a CBAI e o governo brasileiro não foi renovado, e o Centro encerrou suas atividades no ano seguinte. A Lei nº 3.552/59 estabeleceu uma reforma no ensino industrial, fixando um curso único de 1º Ciclo com finalidade propedêutica para os cursos técnicos de 2º Ciclo. A Lei de Diretrizes e Bases de 1961 promoveu a equivalência entre o ensino técnico e o ensino secundário. Tais modificações, ligadas à nova etapa vivida pela industrialização, inclusive em relação às demandas do mercado de trabalho, aliadas à possibilidade de chegar ao ensino superior ao mesmo tempo em que se obtém uma formação de nível médio em escolas de elevada qualidade de ensino, promoveram alterações no perfil dos alunos que procuravam o ensino industrial, que gradativamente foi sendo ocupado por estudantes originários da classe média, deixando de ter validade a concepção de formação de uma aristocracia do trabalho exclusivamente a partir da classe trabalhadora.

Palavras-chave: ensino industrial; aristocracia do trabalho; Lei Orgânica do Ensino Industrial; Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial (CBAI); racionalização científica.